

## CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO



**Dor e desespero.** Mulheres, crianças e homens palestinos choram a perda de parentes em Dier al-Balah e Rafah, centro e sul de Gaza, após bombardeios israelenses em cinco meses de guerra, já passa de 30 mil o número de mortos totais.

## Brasil: 'não há limite ético ou legal' na ofensiva

Lula diz que Israel pratica 'punição coletiva' aos palestinos em Gaza e que é preciso 'parar a carnificina', enquanto Itamaraty, em nota, acusa governo Netanyahu de agir sem qualquer tipo de restrição em suas ações militares

ALICE CRATO  
@alicecrato  
ilustração

Em mais uma forte crítica à ação de Israel na Faixa de Gaza — onde em quase cinco meses de guerra já morreram mais de 30 mil pessoas — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que Israel pratica uma "punição coletiva" no enclave e que é preciso "parar a carnificina em nome da sobrevivência da Humanidade", enquanto o Itamaraty, em nota, disse que o país "não tem qualquer limite ético ou legal" na sua ofensiva.

As críticas ocorreram um dia depois de autoridades palestinas acusarem militares de Israel de fazerem disparos contra pessoas durante uma caçada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, causando a morte de mais de cem pessoas e cerca de 760 feridos. As Forças Armadas de Israel negam que tenham atirado contra a multidão, afir-

mando que as mortes decorreram de uma confusão durante a entrega, com saques, atropelamentos e epistematismos. Segundo a versão oficial de Israel, disparos foram feitos apenas como advertência a pessoas que se aproximaram dos militares israelenses.

**'SITUAÇÃO INTOLERÁVEL'**  
Lula fez as declarações durante seu discurso na 8ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em São Vicente e Granadinas.

A tragédia humanitária em Gaza requer de todos nós a capacidade de dizer um basta para a punição coletiva que o governo de Israel impõe ao povo palestino. As pessoas estão morrendo na fila para obter comida. A indiferença da comunidade internacional é chocante — afirmou Lula. — Quem terminar dizendo para vocês que a nossa dignidade e

humanidade estão em jogo. Por isso, é preciso parar a carnificina em nome da sobrevivência da Humanidade, que precisa de muito humanismo. Por sua vez, em nota de tom contundente, o Itamaraty afirmou que temo conhecimento do episódio em Gaza com "profunda consternação" e que, para além da "necessária apuração de responsabilidades" sobre o incidente, as aglomerações em torno dos caminhões de ajuda humanitária mostram a "situação intolerável" e "desesperadora" vivida pelos palestinos no território, onde há "dificuldades para obtenção de alimentos".

A nota foi aprovada por Lula e pelo chanceler Mauro Vieira já tarde da noite na quinta-feira e o objetivo era não ficar apenas no episódio de anteontem — visto como "suficientemente grave" — mas, sim, dar um panorama geral da situação trágica dos palestinos na Faixa de Gaza.

O Itamaraty ressaltou que autoridades da ONU e especialistas em ajuda humanitária e assistência de saúde denunciam há meses a "sistemática retenção de caminhões nas fronteiras com Gaza e a situação crescente de fome, sede e desespero da população civil".

Em nota enviada ao GLOBO, o Exército israelense afirmou que, na última semana, aumentou o número de caminhões de ajuda humanitária transferidos de Israel para o norte de Gaza, em operação conjunta com organizações de ajuda internacional para levar suprimentos ao território.

O governo brasileiro afirmou que, apesar dos relatos dramáticos vindos de Gaza, segue havendo uma "injeção da comunidade internacional diante dessa tragédia humanitária" e que isso serve como "velado incentivo para que o governo [de Benjamin] Netanyahu continue a atingir civis inocentes e a ignorar regras básicas do direito humanitário internacional".

**MINISTRO EXTREMISTA**  
Em aparente referência a comentários de Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional de Israel e um dos integrantes da extrema direita no Gabinete, o Itamaraty disse que "declarações cínicas e ofensivas às vítimas do incidente, feitas horas depois por alta autoridade do governo Netanyahu, devem ser a gota d'água para qualquer um que realmente acredite no valor da vida humana".

Na quinta-feira, Ben-Gvir leu aos militares israelenses envolvidos no incidente em Gaza, afirmando que agiram de forma "excelente" contra uma multidão que "tentou prejudicá-los", e chamou de "loucura" o envio de ajuda humanitária ao território, onde há escassez de comida, água, remédios e combustível. As

declarações foram consideradas "inacreditáveis" por membros do governo brasileiro.

"O governo Netanyahu volta a mostrar, por ações e declarações, que a ação militar em Gaza não tem qualquer limite ético ou legal. É cabe à comunidade internacional dar um basta para, somente assim, evitar novas atrocidades. A cada dia de hesitação, mais inocentes morrerão", diz a nota, acrescentando: "A Humanidade está falhando com os civis de Gaza. É hora de evitar novos massacres."

O Itamaraty também recorda a obrigatoriedade da implementação das medidas cautelares emitidas pela Corte Internacional de Justiça, em janeiro, que demandam que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de "atos considerados como genocídio", segundo a Convenção para a Prevenção e a Repressão à Punição do Crime de Genocídio.

## Lula evita cobrar de Maduro compromisso por eleições livres

Em reunião, venezuelano falou apenas que pleito será no segundo semestre

ELIANE OLIVEIRA  
@elianeoliveira  
ilustração

Em encontro bilateral realizado, ontem, paralelamente à 8ª Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em São Vicente e Granadinas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do líder venezuelano, Nicolás Maduro, que haverá eleições em seu país no segundo semestre deste ano. O brasileiro, no entanto, não cobrou — segundo relato de pessoas com acesso à reunião — que as eleições sejam livres e limpas, a principal preocupação em relação ao prometido pleito e compromisso assumido por Maduro no Acordo de Barbados, no ano passado, firmado com parte da oposição.

Segundo relatos de integrantes do governo brasileiro, foi Maduro quem le-

vantou o tema das eleições, mencionando o ocorrido com a oposição. Ainda segundo essas fontes, como o venezuelano teve a iniciativa de tocar no tema, Lula não viu razão para cobrar nada além da garantia da realização do pleito já dada por Maduro.

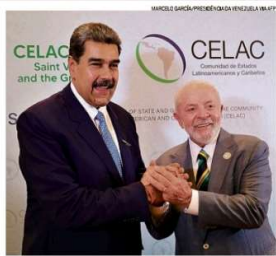
**BRASIL PREOCUPADO**  
O governo brasileiro, porém, está preocupado com a situação na Venezuela. Existe, no Palácio do Planalto e no Itamaraty, a percepção de que as últimas acções de Maduro, mostraram que o Acordo de Barbados não está sendo cumprido.

O exemplo mais lembrado por diplomatas e analistas de oposição no exterior é o de María Corina

Machado — principal nome da oposição, ela venceu as primárias opositoras realizadas no ano passado por ampla margem, mesmo depois de desabilitada por 15 anos, assim como outros líderes contrários a Maduro, como o ex-candidato à Presidência Henrique Capriles.

Pelo acordo firmado em Barbados, no fim do ano passado, existia obrigação da realização de eleições livres, justas e transparentes, sendo esse um dos passos importantes para outras medidas, como a retirada de sanções impostas pelos EUA.

"Maduro afirmou ao presidente brasileiro que a Venezuela vai realizar eleições presidenciais no segundo semestre. O líder venezuelano disse ter articulado um amplo acordo com partidos de oposição na Assembleia



**Reunião sem pressão.** Maduro e Lula na cúpula da Celac em Bucaramanga Bay

Nacional de seu país e sustentou que haverá observadores internacionais e auditoria para garantir a lisura do pleito", diz nota do Palácio do Planalto.

Na saída do evento, em rápida conversa com jornalistas, Maduro definiu a conversa com o presidente brasileiro como "muito boa". Segundo ele, o diálogo serviu para "fortalecer a cooperação" entre as duas nações. Em 2023, Lula rece-

bou Maduro no Palácio do Planalto em visita oficial.

Diante das medidas repressivas de Maduro contra opositores e das incertezas sobre quando e como ocorrerá a votação, os EUA já começaram a retomar algumas das sanções derrubadas — no mês passado, a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA anunciou medidas contra a empresa estatal do setor de mineração, a Minervén, restrin-

gindo operações envolvendo empresas americanas.

O assunto foi discutido, na semana passada em Brasília, em uma reunião entre Lula e o chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, que esteve no país para participar do encontro de chanceleres do G20 no Rio de Janeiro.

### GUIANA FORA DA PAUTA

Ao menos uma das questões sobre a votação, a data, parece estar perto — ou menos distante — de ser resolvida: na próxima quarta-feira, após 15 dias de discussões, o Congresso venezuelano vai propor às autoridades eleitorais 27 datas no segundo semestre para a votação.

De acordo com integrantes do governo brasileiro, outros temas além da situação política no país foram tratados na conversa entre os dois presidentes. Lula e Maduro discutiram, por exemplo, o combate conjunto aos garimpeiros ilegais em áreas transfronteiriças nos dois países. A crise entre a Guiana e a Venezuela, que reivindica a região do Essequibo, rica em petróleo, não foi tratada no encontro.